

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 50.990 - SP (2016/0118969-2)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : EDSON OSTE DOS SANTOS
ADVOGADO : PAULO LOPES DE ORNELLAS - SP103484
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : LUIZ FERNANDO SALVADO DA RESSUREICAO E OUTRO(S) - SP083480

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR. DEMISSÃO. REVISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DECADÊNCIA CONFIGURADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto por Edson Oste dos Santos contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 790-791):

MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. Impetração contra ato do Exmo. Governador do Estado de São Paulo que aplicou ao impetrante, policial militar, a pena de expulsão das fileiras da corporação. Alegado cerceamento de defesa consistente na não intimação para participação na sessão secreta do Conselho, onde exarada a punição. Interposição de recurso administrativo contra o ato de expulsão, que resultou improvido, com amparo no artigo 84 da LC 893/2001, dando ensejo a novo recurso, hierárquico, com vistas à reconsideração da decisão anterior, igualmente indeferido.

Manejo, então, do *mandamus* contando-se o prazo da decisão do último recurso interposto. Inadmissibilidade. Decadência operada. Pedido de reconsideração que não suspende, nem interrompe prazo mandamental. Extinção do processo com base no art. 267, IV, do CPC.

MANDADO DE SEGURANÇA. Impetração contra ato do Exmo. Governador do Estado de São Paulo que aplicou ao impetrante, policial militar, a pena de expulsão das fileiras da corporação. Alegado cerceamento de defesa consistente na não intimação para participação na sessão secreta do Conselho onde exarada a punição. Inocorrência. Impetrante que constituiu advogado, sendo intimado de todos os atos e termos do processo administrativo. Pretendida análise do fundo de direito que não comporta acolhida, diante da legalidade do ato atacado.

Ao Judiciário é defeso adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade que levaram a Administração Pública a decidir neste ou naquele sentido, desde que verificada a observância da legalidade do ato decisório.

Segurança denegada.

O recorrente alega que não há falar em decadência do mandado de segurança haja vista o equívoco do Tribunal de origem que "confundiu o pedido de revisão administrativa com recurso possível de ser manejado pela parte, quando na realidade não

o é, trata-se de pedido autônomo formulado, em processo findo, com esteio em prova nova ou argumentação que conduza á demonstração de inocência, ou nulidade capaz de profligar o ato administrativo exarado no PAD" (fl. 814). Afirma, ainda, que nos termos do artigo 32 da Lei Complementar n. 893/2001, a competência disciplinar e, portanto, revisional do Comandante Geral da Polícia Militar e do Secretário de Segurança Pública são concorrentes. Requer, por fim, a reforma do acórdão *a quo* para que se reconheça a nulidade apontada no pedido de revisão do processo administrativo findo e atenda o pedido formulado no *mandamus* para reintegração do recorrente aos quadros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, com a garantia de todos os direitos inerentes.

Com contrarrazões.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 889-894 opinando pelo não provimento do recurso.

É o relatório. Decido.

O presente recurso não merece êxito.

Com efeito, o exame dos autos revela que a impetração voltou-se efetivamente contra o ato administrativo que aplicou ao recorrente a pena de demissão das fileiras da Polícia Militar do Estado de São Paulo, fato este corroborado pelo pedido final exclusivamente formulado nesse sentido. Senão vejamos (fls. 10-11):

[...]

Ex positis, alicerçado nas razões de fato e de direito *quantum satis* o Impetrante requer o seguinte:

- a) seja notificada a Nobre Autoridade Impetrada para que preste informações no prazo legal, sob as penas da lei;
- b) seja ofertada vista ao Digno Órgão Ministerial para que exare, querendo, sua manifestação;
- c) seja deferida a gratuidade processual eis que o Impetrante não se encontra com condições financeiras de arcar com as despesas do processo e seus consectários;
- d) seja ao final, concedida a segurança reclamada para ordenar ao Impetrado que enfrente o pedido formulado pelo Impetrante no Recurso Hierárquico interposto, sendo que no caso de denegação seja apreciado o direito de fundo para decretar a anulação do ato sancionatório em testilha, com consequente cassação dos seus efeitos danosos e condenar o Impetrado a reintegrá-lo os quadros da Polícia Militar, na mesma graduação que ostentava ao tempo do desligamento, com pagamento dos soldos e todas as vantagens que deixou de receber no período de afastamento ilegal, bem assim férias, 1/3 das férias, 13º salários, licenças prêmio, contagem do prazo para todos os fins inclusive promoções e reforma, requer seja a indenização declarada de natureza alimentar para fins de execução e pagamento, por fim condenando o Nobre Impetrado no pagamento das custas processuais e isenção dos honorários em face da vedação legal, tudo por questão de Justiça.

[...]

Diante desse contexto, o Tribunal de origem denegou a segurança amparando-se nos seguintes fundamentos (fls. 792-794):

[...]

Acolhe-se a preliminar de decadência do presente *mandamus*, julgando-se extinto o processo.

Com efeito, colhe-se dos autos que por decisão publicada no Diário Oficial do Poder Executivo - Seção II, de 27 de novembro de 2013, o impetrante teve contra si aplicada a pena de expulsão das fileiras da Polícia

Militar do Estado de São Paulo, pelo cometimento de atos atentatórios à Instituição e ao Estado, consubstanciando transgressão disciplinar de natureza grave, prevista no nº 2 do § 1º e § 2º, ambos do art. 12, tudo do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (LC 893/01) (cf. fls.739/742).

Em 05 de março de 2015, o Impetrante ingressou com pedido de revisão do processo administrado disciplinar endereçado ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pretendendo o acolhimento de nulidade diante de cerceamento de defesa consistente, no seu entender, em reunião secreta do Conselho de Disciplina onde decidida a sua expulsão das fileiras da corporação.

Em 1º de abril de 2015, através de decisão publicada no DOE, o impetrante teve não conhecida sua pretensão, ao fundamento de que salvo na hipótese do disposto no § 3º do artigo 138 da Constituição do Estado, a decisão final do Comandante Geral não desafia recurso, nos termos dos artigos 83 e 84 da LC 893/01.

Ato contínuo ingressou o impetrante com recurso hierárquico dirigido ao Excelentíssimo Governador do Estado de São Paulo, ora impetrado, pretendendo a revisão da decisão que indeferiu pedido de revisão anteriormente ofertado, pretensão indeferida consoante decisão publicada no DOE- Seção I, de 18 de setembro de 2015.

Operou-se, à evidência, a decadência da pretensão mandamental.

É que, datada de 27 de novembro de 2013 a decisão que expulsou o impetrante das fileiras de sua corporação, competia-lhe interpor o mandado de segurança no prazo de 120 dias contados da ciência inequívoca da decisão, nos termos do artigo 23 da Lei nº 12.016/2009.

Observe-se que os pedidos de revisão do processo administrativo formulados primeiro ao Comandante Geral da Polícia Militar e, ao depois, ao Governador do Estado de São Paulo, não interrompem o prazo decadencial de que trata o antefalado artigo, o que se extrai da Súmula nº 430 do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

"Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança".

Nem se diga que o prazo para manifestar o inconformismo através desta via mandamental teria seu termo *a quo* a partir da data da intimação do indeferimento, pelo Excelentíssimo Governador do Estado de São Paulo, do pedido de reconsideração levado a efeito pelo Impetrante, decisão essa publicada em 18 de setembro de 2015, porque é certo que o pedido de reconsideração do ato, como sabido e ressabido, não interrompe o prazo para a interposição de mandado de segurança, na esteira, aliás, de jurisprudência da Corte Superior, que assim preconiza:

[...]

A leitura do excerto acima transcrito, evidencia que o acórdão *a quo* reflete a jurisprudência desta Corte no sentido de que o prazo de 120 dias para impetração do mandado de segurança se inicia com a ciência do interessado do teor do ato impugnado, sendo que eventual pedido de revisão administrativa não interrompe a fluência do lapso decadencial. Inteligência da Súmula n. 430/STF: "Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO. DEMISSÃO. REVISÃO ADMINISTRATIVA. FLUÊNCIA DO PRAZO

DECADENCIAL PARA IMPETRAÇÃO DO *MANDAMUS*. NÃO INTERRUPTÃO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – O acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual o pedido de revisão administrativa não interrompe a fluência do prazo decadencial para impetração do mandado de segurança que se inicia da data da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

III – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V – Agravo Interno improvido (AgInt no RMS 58.749/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 6/12/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. TERMO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL. APRESENTAÇÃO DE PEDIDO DE REVISÃO. INTERRUPTÃO DO PRAZO. SÚM. N. 430/STF. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem declarou a decadência do mandado de segurança ao ressaltar que os sucessivos recursos apresentados pelo ex-policia militar estadual equivalem a pedidos de reconsideração, os quais são incapazes de interromper o prazo para a impetração do writ nos termos da Súm. n. 430/STF.

2. O termo inicial do prazo para impetração do mandado de segurança contra a aplicação de sanção disciplinar administrativa ocorre quando a penalidade é publicada no Diário Oficial.

3. A irrisignação administrativa do recorrente não teve efeito suspensivo à decisão administrativa disciplinar. Por essa razão, a incidência da Súm. n. 430/STF, declarada pelo Tribunal de origem, não deve ser reformada. Nesse sentido: AgInt no RMS 50.726/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 28/11/2017.

4. Agravo interno não provido (AgInt no RMS 56.618/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 22/10/2018).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em mandado de segurança. Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

